



## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- EUA lançam disputa contra a China na OMC 1  
Mudanças climáticas podem gerar fome, racionamento  
de água e extinção de espécies, alertam cientistas 2  
Nova oferta da União Européia: mercado livre para os  
ACP em 2008 4

## NOTÍCIAS REGIONAIS

- Cúpula Energética Sul-americana: etanol e gasoduto,  
centrais na discussão 5

## BREVES MULTILATERAIS

- Ministros do G-6 concordam que é preciso concluir a  
Rodada Doha em 2007 6  
Avança o projeto de lei sobre as Zonas de  
Processamento de Exportação no Brasil 7

## BREVES REGIONAIS

- Treze anos de NAFTA: EUA aumentam exportações  
agrícolas para o México 8  
Primeira opinião consultiva do Tribunal de Revisão do  
Mercosul 9

## EVENTOS

- Fóruns Multilaterais 10  
Fóruns Regionais 12  
Outros Fóruns 12

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Divulgação de relatórios, livros e artigos 13  
**FIQUE DE OLHO!**

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### EUA lançam disputa contra a China na OMC

No dia 10 de abril, os Estados Unidos da América (EUA) lançaram duas novas queixas contra a China, sob a alegação de que Beijing tolera violações aos direitos de propriedade intelectual e mantém barreiras comerciais a livros, música e outros bens protegidos por direitos do autor (copyright). O governo chinês expressou seu descontentamento com a decisão de Washington e advertiu que isto pode prejudicar as relações e o comércio bilateral entre os dois países.

O pedido dos EUA de consultas separadas na OMC assemelha-se ao ocorrido em fevereiro passado, quando os EUA questionaram diversos subsídios da indústria chinesa. No início deste mês, os EUA introduziram tarifas compensatórias mais elevadas para o papel lustroso chinês.

A decisão de solucionar essa disputa na OMC representa uma mudança significativa na política dos EUA, que sempre buscou resolver controvérsias similares em diálogos bilaterais de alto escalão. A maioria democrática no Congresso, no entanto, tem pedido cada vez mais pressão sobre a China como forma de reduzir o déficit comercial do país. Estima-se, então, que a mudança de estratégia da administração republicana de Bush possa ter sido motivada pela sua busca por apoio dos democratas para sua agenda comercial.

Como regra geral, se os EUA não conseguirem resolver suas diferenças com a China em 60 dias após o início das consultas, poderão pedir o estabelecimento de painel na OMC para análise das disputas.

### China não protege direitos do autor

Em seu primeiro bloco de alegações, os EUA argumentam que a China faz muito pouco para proteger direitos de autor e de marcas para uma ampla gama de bens, como livros, CDs, e DVDs. Washington argumenta que Beijing estabelece limites inaceitáveis para infrações de direitos do autor: o comércio em

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

grande escala de filmes e música pirateados são ameaçados com uma simples multa administrativa. A Representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, afirmou, no último dia 9 de abril, que, de acordo com a lei chinesa, para que houvesse uma queixa crime, os policiais deveriam encontrar no mínimo 500 infrações (DVDs pirateados) ao invadir um estabelecimento comercial. De acordo com Susan Schwab, esse número mínimo representa um porto seguro para aqueles que praticam a pirataria.

Susan Schwab também alegou que, ao apreender bens pirateados, as autoridades alfandegárias chinesas apenas removem seus logos e leiloam os produtos. Susan Schwab descreve tal prática como "fundamentalmente injusta" e qualifica-a como contrária às regras da OMC.

A queixa dos EUA também critica a prática chinesa de segurar a aprovação de direitos autorais até que os trabalhos sejam aprovados pela censura do país. Susan Schwab afirmou que os piratas, naturalmente, não esperam por tal aprovação. Além disso, ela reiterou que esse atraso cria um mercado mais interessante ainda para a pirataria na China, pois deixa somente as "sobras" para o proprietário legítimo dos direitos autorais.

Washington também requer que a China esclareça se suas leis classificam a reprodução de trabalhos pirateados, tais como os DVDs, como uma ofensa criminal somente se forem acompanhados da distribuição dos produtos.

### **Acesso a mercados**

Os EUA também estabeleceram pedidos de consultas relacionados ao acesso a mercado de seus produtos na China. Tais pedidos referem-se a restrições para importações e a barreiras internas de distribuição, os quais desafiam a capacidade de editores e de produtores estadunidenses de produtos audiovisuais para colocar seus produtos legítimos no mercado chinês, sob condições normais de mercado.

Os pedidos de consulta dos EUA centram-se na estrutura legal chinesa, que proíbe empresas estadunidenses estabelecidas na China de importar livros, jornais, filmes, música e vídeos e requer que todas as importações sejam canalizadas por meio de empresas estatais ou com autorização específica concedida pelo Estado. Esses direitos comerciais são um elemento chave do acesso a mercado e permitem que a China controle quando, onde e como os produtos estadunidenses entram no país.

As consultas de acesso a mercado dos EUA também abordam as regras chinesas que impedem a distribuição eficiente e eficaz de publicações e de produtos de vídeo de entretenimento. Tais regras proíbem algumas atividades de distribuição de imediato e, em outras áreas, parecem aplicar regras discriminatórias aos EUA e outras empresas estrangeiras. Essas barreiras diminuem o fluxo de produtos legítimos na China e possibilitam a ocupação do mercado por produtos piratas.

As medidas questionadas pelos EUA, em seu pedido de consultas sobre acesso a mercado, parecem ser inconsistentes com as obrigações da China perante a OMC, inclusive com o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês). Entre as medidas acusadas encontram-se: discriminação contra empresas estadunidenses, dano significativo aos direitos de autor e às indústrias de audiovisual e problemas de pirataria e de falsificação na China.

Tradução e complementação do artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n.13, 18 abr. 2007.

---

### **Mudanças climáticas podem gerar fome, racionamento de água e extinção de espécies, alertam cientistas**

De acordo com o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), o mundo enfrentará aumento da fome, racionamento de água e extinção de espécies; sendo que os mais pobres e vulneráveis serão os mais atingidos. Uma análise regional do relatório afirma que a América do Norte sofrerá cada vez mais furacões, enchentes, secas, ondas de calor e queimadas, enquanto a Ásia enfrentará enchentes e avalanches maciças. Lançado no último 6 de abril, em Bruxelas, o relatório também prevê o desaparecimento dos Alpes glaciais na Europa.

Logo após a divulgação do relatório, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que a Organização deve promover um encontro de alto nível sobre mudanças climáticas em setembro, juntamente com a Assembléia Geral. Uma reunião deste porte poderia impulsionar o lançamento das negociações de acordos sobre futuras mudanças climáticas, cujas discussões devem ocorrer em dezembro deste ano, sob os auspícios da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas.

## **Evidências mostram que mudanças climáticas já estão ocorrendo**

O relatório do IPCC, intitulado "Impactos das mudanças climáticas, adaptação e vulnerabilidade" é o segundo de uma série de quatro relatórios que examinam os efeitos das mudanças climáticas globais. Os quatro documentos deverão ser finalizados até o fim deste ano. O primeiro relatório - uma visão geral sobre o aquecimento global - foi publicado em fevereiro de 2007 e concluiu que há fortes evidências, ou pelo menos 90% de certeza, de que a humanidade é a grande culpada pela maior parte das razões que levaram ao aquecimento global, na segunda metade do século passado (Ver Bridges Trade BioRes, v. 7, n. 2, 2 de fevereiro de 2007).

O novo relatório mostra que as mudanças climáticas já estão ocorrendo e que têm causado impactos profundos em todos os continentes. Fundamentado em mais de 30.000 dados e evidências oriundas de mais de 700 estudos internacionais sobre mudanças dos ecossistemas, o relatório apresenta detalhes importantes sobre o aumento do volume de lagos glaciais; a chegada prematura da primavera, que faz com que plantas desabrochem fora de época e que pássaros mudem seus padrões de migração; a transferência do habitat de plantas e animais para regiões montanhosas e de altas latitudes, onde o clima é mais ameno; entre outros.

O relatório conclui que os padrões de aumento da temperatura global e das mudanças ambientais são consistentes com as previsões mais antigas sobre modelos climáticos.

## **Qual deve ser a linguagem diplomática das evidências científicas?**

O relatório foi adotado após vários dias de negociação e revisão das minutas por representantes de Estados e cientistas de mais de 131 países. Os participantes somente conseguiram concordar em relação a um texto final após uma sessão que durou a noite toda, quando partes inteiras do texto inicial foram retiradas da minuta. Alguns negociadores questionavam a credibilidade científica de afirmações-chave contidas no relatório, ao passo que os cientistas argumentavam que as alterações realizadas no texto minimizavam a mensagem que a pesquisa científica buscava transmitir. Os Estados Unidos da América (EUA), China e Arábia Saudita levantaram a maior parte das objeções ao texto, e seguidamente tentaram minimizar o tom de certeza das previsões do relatório. Negociadores e cientistas discordaram, por exemplo, acerca de uma afirmativa de que o impacto das mudanças climáticas já podia ser observado em todos

os continentes e na maior parte dos oceanos. A discussão foi superada por um compromisso de retirarem qualquer referência que prejudicasse a relação de confiança. De acordo com Rajendra Pachauri, membro do IPCC, tratou-se de um exercício complexo.

Ainda assim, o relatório traz uma forte mensagem de que as mudanças climáticas serão a maior fonte de dificuldades sociais e ambientais em todas as regiões do mundo. De acordo com Yvo de Boer, principal representante da ONU para questões climáticas, o relatório final deixará uma mensagem bastante clara aos governos.

## **Mudanças climáticas afetarão todas as regiões do mundo e os mais pobres serão os mais atingidos**

Pela primeira vez, os cientistas focaram suas previsões nas diferentes regiões do mundo, com o alerta de que as mudanças climáticas afetarão bilhões de pessoas. De acordo com o relatório, a América do Norte enfrentará um maior número de fortes tempestades, furacões, enchentes, secas, ondas de calor e queimadas, com perdas humanas e econômicas. A África, entretanto, será a região mais afetada, suas áreas secas tornar-se-ão ainda mais secas e o aumento da temperatura incrementará o risco de doenças. Partes da Ásia serão ameaçadas por enchentes e avalanches massivas, causadas pelo derretimento das geleiras do Himalaia, enquanto as áreas costeiras, especialmente os Estados insulares, desaparecerão devido ao aumento do nível dos oceanos e à erosão da costa. Milhões de pessoas em áreas densamente povoadas - particularmente nos deltas dos rios asiáticos - serão ameaçadas pelo aumento do nível do mar e das enchentes. Os Alpes glaciais europeus desaparecerão e a grande barreira de corais da Austrália diminuirá drasticamente por força do aumento, ainda que moderado, da temperatura dos oceanos, afirma o relatório.

Os "pobres mais pobres do mundo" - e aqui se incluem as pessoas pobres de sociedades abastadas - serão os mais atingidos, já que são aqueles que possuem acesso mais restrito aos meios de adaptação às mudanças climáticas, afirma Pachauri.

## **Ameaça de fome, racionamento de água e extinção de espécies**

De acordo com o relatório, em curto prazo as colheitas podem aumentar de 5% a 20%, como resultado de estações de cultivo mais longas, já que a média de temperatura aumentará de 1 °C para 3 °C. As condições de plantio devem melhorar nas altas latitudes, de forma a proporcionar grandes safras. Quando o aumento de

temperatura for maior que 3°C, no entanto, até mesmo as safras do norte e do sul temperados diminuirão. Muitos países em desenvolvimento (PEDs) correm o risco de serem atingidos por períodos de seca cada vez mais longos e intensos, e suas safras podem cair em 50% até 2020. Mais de um bilhão de pessoas poderá viver em contínuo racionamento de água até 2050, especialmente na Ásia. O relatório ainda prevê que até 30% das espécies atuais correm o sério risco de desaparecerem, caso a temperatura global suba 3,6°C em comparação à média das décadas de 1980 e 1990.

### Medidas concretas são necessárias

O lançamento do relatório chamou atenção para a necessidade de ações imediatas. O Ministro do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Reino Unido, Ian Pearson, afirmou que o documento traz ainda mais evidências que demonstram a necessidade de os países combaterem as mudanças climáticas com urgência. Inúmeras pessoas já foram afetadas por tais mudanças e, caso medidas concretas não sejam tomadas logo, outros milhões sofrerão as consequências.

Sharon Hays, líder da delegação dos EUA no IPCC, afirmou que as mudanças climáticas são um desafio global e requerem soluções globais, já que nem todas as regiões do mundo possuem a mesma capacidade de adaptação. No Congresso estadunidense, Bart Gordon, democrata do Tennessee e membro do comitê de ciência e tecnologia, afirmou que o relatório traz uma mensagem poderosa e preocupante.

O grupo ativista ambiental Greenpeace classificou o relatório como uma "espiada em um futuro apocalíptico"; enquanto Hans Verolme, diretor do programa de mudança climática da organização não-governamental World Wild Fund (WWF), observou que a urgência das conclusões do relatório deveriam provocar ações concretas imediatas por parte dos governos.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em: *Bridges Trade BioRes*, v. 7, n. 7, 13 abr. 2007.

Fontes adicionais:

O resumo do relatório do IPCC "Climate Change Impacts, Adaptation and Vulnerability" encontra-se disponível em <http://www.ipcc.ch/SPM6avr07.pdf>.

ICTSD reporting; "UN climate change impact report: Poor will suffer most," ENVIRONMENT NEWS SERVICE, 6 April 2007; "UN panel issues bleakest

warning on climate," REUTERS, 6 April 2007; "Climate report: World's poorest will suffer most," THE ASSOCIATED PRESS, 7 April 2007.

---

### Nova oferta da União Européia: mercado livre para os ACP em 2008

Como parte da negociação dos Acordos de Associação Econômica (AAEs), a União Européia (UE) ofereceu eliminar as tarifas e quotas às exportações dos países da África, Caribe e do Pacífico (ACP). O desmantelamento da maioria das restrições ocorrerá imediatamente após a assinatura do acordo, deixando de fora exportações de arroz e açúcar. A oferta, anunciada no último dia 4 de abril pela Comissão Européia, afetaria todos os produtos, incluindo os agrícolas.

Os 79 países do grupo ACP beneficiam-se, desde 1976, de um acesso preferencial ao mercado da UE. Em um primeiro momento, tal acesso foi garantido pelos acordos de Lomé e, desde 2000, têm-no sido pelos acordos de Cotonou. As normas da OMC dispõem que qualquer esquema de preferências comerciais não recíprocas deve ser autorizado por todos os Membros da Organização. Os países latino-americanos, em particular, sempre manifestaram seu descontentamento com as vantagens em matéria de acesso a mercados desfrutadas pelos países ACP. Em 2001, após árduas negociações com os Membros da OMC, a UE obteve uma 'permissão especial' por meio da qual está autorizada a manter o sistema de preferências com os países ACP até o final de 2007. Após essa data, a UE deverá substituir o sistema por acordos de livre comércio. Desde 2002, a UE negocia 6 novos AAEs com cada um dos blocos geográficos. Estes acordos comerciais recíprocos são protegidos pelas normas da OMC, desde que abarquem "substancialmente todo o comércio" - um conceito que ainda não foi claramente delimitado no âmbito da OMC.

Os países ACP e a UE mostraram-se preocupados com a proximidade do final de 2007 e com a falta de progresso suficiente que garanta a conclusão dos AAEs.

### A proposta da UE

A nova oferta da UE eliminaria imediatamente as tarifas e os contingentes de importação para 'substancialmente todos' os produtos provenientes dos países ACP, incluindo carne de novilho, produtos lácteos, cereais e todas as frutas e verduras. A nova proposta entraria em vigor imediatamente após a assinatura do acordo. Arroz e açúcar estão isentos desse cronograma e possuem um regime transitório.

As tarifas para o açúcar, por exemplo, seriam completamente eliminadas até 2015 e, nesse entretanto, tal produto estaria sujeito a um sistema de salvaguardas especiais.

A proposta outorgaria a todos os países ACP as mesmas condições de acesso a mercado que desfrutam os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), no marco do regime 'tudo menos armas' (everything but arms). A UE sustenta que a iniciativa incentiva os países ACP a colaborar, com a criação de mercados regionais e aumentar sua competitividade e diversificação. Bruxelas acredita que a nova proposta fomentará a integração destas nações à economia global. Atualmente, os países ACP exportam poucos produtos básicos, que por sua vez têm sofrido uma deterioração de preço ao longo das últimas décadas.

O Comissário Europeu para o Comércio, Peter Mandelson, afirmou que, para os países ACP, comércio e desenvolvimento significa bem mais do que acesso ao mercado europeu. Para ele, o desmantelamento de todas as tarifas e contingentes de importação para os países ACP criaria melhores oportunidades para estas economias.

Um porta-voz da Comissão Europeia relatou que cerca de 30 países - que atualmente pagam tarifas sobre produtos como frutas, verduras e carnes - poderiam ser afetados positivamente pela oferta.

A oferta não inclui a África do Sul, que já tem um acordo de livre comércio com a UE. Assim mesmo, Bruxelas destacou que as exportações da África do Sul são mais competitivas do que aquelas provenientes dos demais países ACP.

A UE acredita ser um dos maiores fornecedores de assistência aos países ACP e prometeu doar mais de € 22 bilhões durante o período 2008-2013. Dois bilhões por ano serão destinados à assistência ao comércio e à abertura de mercados. Os países africanos consideram que se não houver um aumento assistencial, eles não serão capazes de atingir o nível técnico necessário para desenvolver produtos que sejam compatíveis com os padrões europeus.

### **Intenções da UE geram desconfiança**

Opositores mostraram-se preocupados tanto em relação ao verdadeiro objetivo da UE quanto ao momento em que a oferta foi realizada. Junior Lodge, representante do Caribbean Regional Negotiating Machinery, em Bruxelas, afirmou que a oferta da UE poderá envenenar o clima de negociação, especialmente em um momento no qual ambas as

partes dão passos importantes em matéria de flexibilidades. De modo geral, aqueles que se opõem à oferta da UE manifestam este sentimento e solicitam mais tempo para negociar.

Segundo as organizações não-governamentais (ONGs) Oxfam e Action Aid, o prazo para finalizar as negociações dos AAEs, fixado para o final de 2007, é irreal. Elas sustentam que a recente movimentação da UE não deveria ser utilizada como uma ferramenta para pressionar os países ACP a assinarem os AAEs antes do tempo, isto é, antes que estejam prontos para tanto.

Na medida em que a proposta tende a aumentar a concorrência entre os países ACP, certos críticos argumentam que só os mais fortes sobreviverão e os mais fracos podem ficar numa situação econômica pior do que a atual.

Devido ao condicionamento da oferta da UE à assinatura de AAEs, a proposta será discutida como parte das negociações atuais e somente será integrada quando for aceita como parte de um acordo de associação econômica. Até esse momento, as partes concentram-se em finalizar as negociações dentro do prazo fixado, ou seja, até o final deste ano.

Tradução do artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. IV, n. 7, 17 abr. 2007.

---

## **NOTÍCIAS REGIONAIS**

---

### **Cúpula Energética Sul-americana: etanol e gasoduto, centrais na discussão**

Nos dias 16 e 17 de abril, ocorreu a Primeira Cúpula Energética Sul-americana, realizada na Ilha de Margarita, Venezuela. Participaram do encontro os doze países da região, que discutiram novas políticas para o setor energético. Apesar de não serem parte da pauta inicial, as questões de biocombustíveis e da construção do Gasoduto do Sul ocuparam grande parte da agenda. O etanol foi, ainda, um dos temas mais discutidos.

Desde que George W. Bush lançou o programa "vinte em dez" (a fim de baixar em 20% o consumo de petróleo nos próximos 10 anos), o Brasil passou a ser peça central desse plano, com sua intenção de substituir nada menos que 10% do consumo do petróleo mundial por biocombustíveis até 2025 (Ver Pontes Quinzenal, v. 2, n. 1, 28 de março de 2007).

Justamente sobre este tema é que Brasil e Venezuela divergem.

Entre aqueles que se opõem à produção maciça do biocombustível, podemos encontrar os governos da Venezuela, Cuba e Bolívia, que argumentam que a produção de etanol, em particular aquele proveniente do milho, poderia causar a fome em escala mundial e elevar os preços dos alimentos.

O Brasil, por outro lado, sustenta que sua política no setor está sendo desenvolvida há anos e até hoje não comprometeu suas terras de cultivo. Além disso, Marco Aurélio Garcia, assessor do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e que acompanhou a reunião, afirmou que serão pactuadas regras claras com a Venezuela, para que ambos dividam o mercado, cada um com sua produção: o biocombustível brasileiro e o petróleo venezuelano, já que são produtos complementares.

Outros países, como Colômbia e Paraguai, apóiam a iniciativa brasileira. O Presidente paraguaio Nicanor Duarte afirmou que seria possível produzir etanol a partir do cultivo da cana-de-açúcar e mesclá-lo com as naftas (fração líquida do petróleo), para, assim, não depender exclusivamente dos derivados do petróleo.

Apesar da oposição do Ministro de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, as demandas das delegações da Venezuela e da Bolívia para que a produção de insumos para biocombustíveis não prejudique as colheitas agrícolas nem as áreas de proteção florestal da região foram consagradas no documento final da reunião.

### Gasoduto

Outro tema central da Cúpula foi o da construção do Gasoduto do Sul. Esta obra faraônica (com investimentos previstos, a priori, em mais de US\$ 23 bilhões) tentará unir o continente por meio de 12.500 quilômetros de dutos e garantir o abastecimento de gás a diferentes países da região. Segundo funcionários venezuelanos, a primeira etapa da obra do gasoduto, que unirá Venezuela e Brasil, deve ter início em 2009 e ser finalizada em 2013.

O presidente da Petrobrás, Sergio Gabrielli, que também participou da Cúpula, assegurou que a obra encontra-se em fase de estudos preliminares. Mais de 100 técnicos da Venezuela e do Brasil trabalham no tema, e é muito cedo para saber se as cifras estão corretas.

### Documento final

O documento final do encontro, denominado "Declaração de Margarita - construindo a integração energética do Sul", expressa a preocupação dos Estados sul-americanos com o tema e indica as diretrizes das políticas que devem ser tomadas no setor nos próximos anos. Entre as assertivas do texto, destacam-se: a consciência da importância do desenvolvimento sustentável no setor energético da região, com a substituição gradativa das fontes de energia poluentes por outras, mais limpas; e a importância da preservação de postos de trabalho e da utilização de tecnologias que melhorem as condições de vida das populações. O documento também conclui pela necessidade de maior intercâmbio entre as empresas do setor energético, para que haja melhor aplicação das inovações científicas e tecnológicas e o avanço na compatibilização de regulamentos, normas e especificações técnicas. Por fim, foi criado o Conselho Energético da América do Sul, integrado pelos ministros de energia de cada um dos doze países. Esse Conselho discutirá o Plano de Ação e o Tratado Energético da América do Sul na III Cúpula Sul-Americana de Nações, que será realizada em outubro, na cidade de Cartagena, Colômbia.

Tradução e adaptação do artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. IV, n. 7, 17 de abril de 2007.

## BREVES MULTILATERAIS

### Ministros do G-6 concordam que é preciso concluir a Rodada Doha em 2007

A conclusão das negociações da Rodada Doha corre o risco de precisar de um novo prazo final. Ministros de seis governos-chave de Membros da OMC concordaram, na semana passada, em iniciar trabalhos para concluir as negociações até o fim de 2007. Não houve progresso, no entanto, em relação às inúmeras diferenças do ano passado.

Após reuniões em Nova Deli, Índia, nos últimos dias 11 e 12 de abril, as mais altas instâncias negociadoras de Comunidades Europeias (CE), Estados Unidos da América (EUA), Brasil, Índia, Austrália e Japão emitiram um comunicado que proclamava "uma nova fase" das discussões. O texto afirma que os países acreditam que, ao intensificar os trabalhos, será possível alcançar uma convergência e contribuir, assim, para a conclusão da Rodada até o final de 2007. Este foi o primeiro encontro dos representantes do G-6 desde julho, quando a impossibilidade de acordo sobre

o comércio agrícola suspendeu as negociações por seis meses.

Em carta dirigida ao Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, os Ministros das CE, EUA, Brasil e Índia (grupo de países conhecido como o G-4) expressaram opinião similar e acrescentaram que concordam em realizar uma série de reuniões entre oficiais seniores e ministros para tentar contribuir com o processo de negociações multilaterais em Genebra.

O Comissário Europeu, Peter Mandelson, a Representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e o Ministro indiano para o Comércio e Indústria, Kamal Nath, também indicaram que se encontrarão em meados de maio para avaliar o progresso das negociações e instruir seus oficiais sobre como prosseguir. O chefe de comércio das CE também afirmou que os representantes do G-4 devem-se encontrar mais duas vezes durante os próximos dois meses (agência Reuters).

Após uma reunião entre os dias 16 e 18 de abril, em Lahore, Paquistão, os ministros do grupo Cairns, de exportadores agrícolas, emitiram um documento no qual advertem que é preciso tomar medidas imediatas, de modo a evitar que a Rodada seja colocada em risco, ou até mesmo falhe. Esses países pediram que as CE, os EUA e o Japão contribuam concretamente e sem atraso. Na medida em que esses se qualificam como os Membros responsáveis pelas maiores distorções no comércio agrícola global, devem esforçar-se muito mais para atingir um mandato abrangente para a reforma agrícola.

### **Final do impasse ainda parece difícil**

Os Negociadores têm trabalhado para finalizar o impasse até o final de junho, mas com pouco sucesso. Em Nova Deli, Índia, Kamal Nath afirmou que a reunião tinha sido um exercício de avaliação da situação atual e que não objetivava colocar fim ao impasse atual. Celso Amorim, por sua vez, afirmou que a decisão de acelerar o ritmo das discussões entre ministros e oficiais seniores é "um grande passo adiante" e indicou que ainda acredita ser possível terminar a Rodada "em um período relativamente curto." Peter Mandelson descreveu a reunião como "uma correção do curso das negociações", mais do que uma simples avaliação da situação.

### **Diferenças ainda são grandes**

Talvez a principal razão do impasse seja o fato de as principais divergências permanecerem amplamente

inalteradas, apesar das sugestões de flexibilidade. Enquanto muitos Membros insistem que os EUA devem concordar com maiores reduções de seus subsídios agrícolas, Washington insiste que isso será feito apenas se as CE concordarem em abrir mais seu mercado agrícola e se países em desenvolvimento (PEDs) como Índia e China aceitarem limites mais severos quanto à proteção de produtos especiais agrícolas, redução de tarifas para alimentos e interesses de segurança dos meios de subsistência.

Tradução e adaptação do artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n.12, 13 abr. 2007.

---

### **Avança o projeto de lei sobre as Zonas de Processamento de Exportação no Brasil**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), foi finalmente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Agora, o projeto retorna ao Senado para apreciação das emendas aprovadas pelos Deputados e para votação final.

Criadas pelo Decreto-Lei (DL) 2452/88 - que, por sua vez, foi alterado pela Lei 8396/92 - as ZPEs eram definidas como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para produção de bens a serem comercializados exclusivamente no exterior (parágrafo único do artigo 1º do DL). As ZPEs são criadas por decreto do Poder Executivo, após análise do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (art. 3º do DL), nas regiões menos desenvolvidas do país, e têm como objetivo a redução dos desequilíbrios regionais e a promoção do desenvolvimento sócio-econômico no Brasil (art. 1º, caput do DL). Além disso, tais ZPEs gozam de regimes aduaneiros especiais, de tratamento privilegiado em matéria tributária e de dispensas na obtenção de licenças e autorizações governamentais (artigos 10º, 11 e 12 da lei 8396/92). Esse tratamento privilegiado outorgado por lei é garantido durante um prazo de 20 anos, prorrogáveis, sucessivamente, por igual período (artigo 7º da referida lei).

A principal alteração proposta pelo PLS 146/96 refere-se à possibilidade de que 20% do total produzido nas ZPEs - para cada item tarifário, determinado conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul - seja destinado ao mercado interno (art. 18 do PLS). Para esses produtos, não haverá a isenção tributária prevista pelo art. 10º do DL e reproduzida no mesmo artigo do PLS.

Além disso, o referido projeto de lei aumenta a isenção tributária concedida às empresas instaladas nas ZPEs.

Com efeito, o PLS prevê a isenção do pagamento da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-importação), da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e do PIS-PASEP incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços do exterior (PIS-PASEP-importação). No regime do DL 2452, a isenção já alcançava os seguintes impostos: Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), COFINS, Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Valores Mobiliários (IOF).

Em outra modificação importante, o caput do artigo 11 do PLS determina a isenção de pagamento de Imposto de Renda (IR) para as remessas e pagamentos realizados, a qualquer título, a residentes e domiciliados no exterior. Ademais, o parágrafo 3º deste artigo prevê a isenção de IR durante os 5 primeiros exercícios posteriores à instalação da empresa na ZPE. Este prazo poderá ser estendido para 10 anos, caso a empresa tenha sido instalada em uma ZPE localizada em um dos estados da região Norte (à exceção do Tocantins) ou Nordeste, além de Mato Grosso e Goiás.

O PLS 146/96 foi aprovado nas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, finalmente, na Comissão de Constituição e Justiça. Desta forma, os deputados reconhecem a compatibilidade dos dispositivos do projeto mencionado com as normas do ordenamento jurídico brasileiro - em especial com a legislação trabalhista, normas tributárias e financeiras, Constituição Federal e até mesmo com as normas da OMC incorporadas no sistema jurídico brasileiro.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5456, de 2001 (do Senado Federal, PLS nº 146/96) - dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.camara.gov.br/Sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=34152](http://www.camara.gov.br/Sileg/Prop_Detalhe.asp?id=34152)>. Consulta em: 18 abr. 2007.

Câmara dos Deputados. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Projeto de Lei nº

5456, de 2001. Parecer da Comissão. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/351488.htm>>. Consulta em: 18 abr. 2007.

Câmara dos Deputados. Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Projeto de Lei nº 5456, de 2001. Relatório do Deputado Léo Alcântara. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/374590.pdf>>. Consulta em: 18 abr. 2007.

Câmara dos Deputados. Comissão de Finanças e Tributação. Projeto de Lei nº 5456, de 2001. Relatório do Deputado Mussa Demes. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/403081.pdf>>. Consulta em: 18 abr. 2007.

Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Projeto de Lei nº 5456, de 2001. Relatório do Deputado José Pimentel. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/412521.pdf>>. Consulta em: 18 abr. 2007.

Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Redação Final das Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5456-E, de 2001, do Senado Federal. Disponível em <[http://www.camara.gov.br/Sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=337597](http://www.camara.gov.br/Sileg/Prop_Detalhe.asp?id=337597)>. Consulta em: 18 abr. 2007.

Decreto-Lei nº 2452, de 29 de julho de 1988 - Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportações e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2452.htm#art20](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2452.htm#art20)>. Consulta em: 18 abr. 2007.

Lei nº 8396, de 2 de janeiro de 1992 - Altera o Decreto-Lei nº 2452, de 29 de julho de 1988, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportações, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8396.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8396.htm)>. Consulta em: 18 abr. 2007.

---

## BREVES REGIONAIS

---

### Treze anos de NAFTA: EUA aumentam exportações agrícolas para o México

Um relatório recente do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América - EUA (USDA, sigla em inglês), ao avaliar os resultados do Tratado de Livre

Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês) 13 anos após sua entrada em vigor, destacou que, em 2001, o Tratado impulsionou as exportações dos EUA para o México em aproximadamente 11,3%. No mesmo período, as importações do México cresceram menos: 7,7%. Além disso, o estudo analisa o comércio de alguns produtos em particular, o impacto do NAFTA sobre o mercado de trabalho agrícola e indica os desafios do bloco, que em 2008 deve finalizar seu processo de implementação.

Em relação ao comércio agrícola, o USDA estima que, em 2001, o NAFTA tenha aumentado as exportações estadunidenses para o México em US\$ 751 milhões e, desse para aquele, em US\$ 376 milhões. Os principais produtos agrícolas de exportação dos EUA são grãos (milho), sementes oleaginosas, carne e produtos relacionados, os quais respondem por cerca de três quartos das exportações agrícolas. Por outro lado, produtos como cerveja, vegetais e frutas representam aproximadamente 75% das importações agrícolas realizadas pelos EUA a partir do México. Esta análise setorial inclui o resultado da liberalização do NAFTA para produtos como açúcar, milho, grãos e sementes oleaginosas, feijão, gado e carne, frutas e vegetais, algodão, têxteis e vestuário.

Em termos de mercado de trabalho, o estudo mostra que, em 2005, o comércio agrícola com o Canadá e o México foi responsável pela manutenção de cerca de 268 mil postos de trabalho no setor agrícola da economia estadunidense, um número relativamente pequeno se comparado ao tamanho total da força de trabalho agrícola do país (3,2 milhões). Em consonância com outras estimativas, o USDA concluiu que o NAFTA teve um impacto positivo, mas muito pequeno (entre 0,7 e 1 %, aproximadamente), no mercado de trabalho agrícola dos EUA.

Dentro das perspectivas do NAFTA, o USDA estima que a última fase de implementação do Tratado - que liberalizaria completamente as exportações de milho dos EUA para o México e as exportações de açúcar do México para os EUA - causaria um forte impacto no comércio de ambos os produtos. Além disso, o relatório qualifica como desafios do processo de integração: a liberalização das importações de açúcar canadense realizada pelos EUA e as importações de produtos lácteos e avícolas estadunidenses para o Canadá. Finalmente, o documento mostra a necessidade de modificar os procedimentos para o estabelecimento de direitos compensatórios e antidumping, dada a alta variabilidade nos preços dos produtos agrícolas, e ressalta a importância de expandir as oportunidades para que trabalhadores estrangeiros atuem na colheita de produtos agrícolas sem violar as leis estadunidenses de migração.

Tradução e adaptação do artigo publicado originalmente em Puentes Quincenal, v. IV, n. 7, 17 de abril de 2007.

Maiores informações em "NAFTA at 13: Implementation Nears Completion", que pode ser consultado em: <http://www.ers.usda.gov/publications/wrs0701/>

---

### **Primeira opinião consultiva do Tribunal de Revisão do Mercosul**

O Tribunal de Revisão do Mercosul (TPR), publicou, no último dia 3 de abril, sua primeira opinião consultiva, elaborada a pedido da Corte Suprema de Justiça da República do Paraguai. O TPR foi acionado pela primeira vez cinco anos após a sua criação em 2002. A aprovação do Protocolo de Olivos (PO), não inovou apenas ao criar o TPR: uma segunda instância para as controvérsias entre países do bloco. Com ele também surgiu a possibilidade de os tribunais superiores nacionais solicitarem opiniões consultivas sobre a interpretação de normativas do Mercosul (art. 4º do Regulamento do Protocolo de Olivos - RPO).

A opinião foi solicitada por força do litígio judicial em que a empresa paraguaia Norte S.A. Importação e Exportação entrou com demanda judicial para receber indenização por danos e lucros cessantes causados pela companhia argentina Laboratórios Northia Sociedad Anônima. O objeto do conflito entre as empresas é um contrato de compra e venda de mercadorias.

O litígio suscita um conflito entre o Protocolo de Buenos Aires (PBA) sobre jurisdição em matéria contratual (aprovado pela Decisão do Conselho Mercado Comum - CMC - nº 01/94) e a lei paraguaia n.º 194/93. O PBA, em seu capítulo I, permite que as partes utilizem-se do princípio da autonomia da vontade para eleger o foro competente para demandas contratuais, sempre que as empresas estejam localizadas em diferentes países do Mercosul. O art. 2º, no entanto, exclui do âmbito de aplicação do Protocolo alguns tipos de contrato, entre eles os de compra e venda ao consumidor, transporte e seguro.

A empresa paraguaia interpôs a ação perante o juízo de Assunção, Paraguai, ao qual a companhia argentina opôs exceção de incompetência, alegando que o foro eleito pelas partes era o dos Tribunais Ordinários da Cidade de Buenos Aires, conforme cláusula 22 do contrato. A parte paraguaia questiona a validade da escolha de foro feita pelas partes, já que a norma paraguaia sobre o tema não permite esta situação. Os argentinos argumentam que vigora o princípio da

supremacia da normativa Mercosul sobre a lei nacional, devendo a escolha do foro ser respeitada. Por fim, a parte paraguaia reforça sua posição ao citar o cabimento do Protocolo de Santa Maria (PSM), aprovado pela Decisão CMC n.º 10/96, que exclui os contratos com consumidores da possibilidade de eleição de foro.

Em sua fundamentação, o TPR faz longa análise sobre a prevalência da normativa do Mercosul sobre a lei nacional e argumenta que, ainda que nem todas as Constituições dos países do bloco expressem a prevalência dos tratados internacionais sobre as leis nacionais, o Direito do Mercosul possui caráter de norma comunitária, ou seja, sua prevalência sobre as leis nacionais é necessária para que se alcance o objetivo da integração regional.

A decisão conclui pela prevalência da normativa Mercosul sobre as normas de direito interno dos Membros do bloco e, portanto, a prevalência do PBA sobre a lei paraguaia n.º 194/93, no caso em questão. De acordo com o Tribunal, a aplicação do PSM não pode ser considerada em virtude de não ter sido ratificado pelos países, e, portanto, ainda não ter vigência. A solução do caso concreto, no entanto, será emitida pela Justiça paraguaia, pois o TPR entende que o objeto do contrato assinado pelas partes é a compra e venda ao consumidor, o que se encaixa dentro das exceções de aplicação do PBA e exclui, deste modo, sua aplicação no caso.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Opinião Consultiva do TPR n.º 1/2007, de 03.abr.2007. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/index.htm>>, acesso em 19.abr.2007;

Protocolo de Buenos Aires sobre jurisdição internacional em matéria contratual, aprovado pela Decisão CMC n.º 01/94. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/index.htm>>, acesso em 19.abr.2007;

Protocolo de Santa Maria sobre jurisdição internacional em matéria de relações de consumo, aprovado pela Decisão CMC n.º 10/96. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/index.htm>>, acesso em 19.abr.2007;

Lei paraguaia n.º 194/93, de 06. jul.1993. Disponível em: <[http://www.leyes.com.py/todas\\_disposiciones/1993/leyes/ley\\_194\\_93.htm](http://www.leyes.com.py/todas_disposiciones/1993/leyes/ley_194_93.htm)>, acesso em 19. abr. 2007.

## EVENTOS

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>.

23 de abril de 2007

Reunião do Comitê sobre Salvaguardas

23 a 27 de abril de 2007

Semana de negociações em serviços

23 de abril a 02 de maio de 2007

Semana de negociações em regras

24 de abril de 2007

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

24 e 25 de abril de 2007

Reunião do Comitê sobre Práticas Anti-Dumping

26 de abril de 2007

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento  
Reunião do Comitê sobre Subsídios e Medidas  
Compensatórias

27 de abril de 2007

Reunião do Conselho para o Comércio em Serviços

30 de abril e 1º de maio de 2007

Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação do  
Comércio

02 a 04 de maio de 2007

Reunião do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente

07 a 11 de maio de 2007

Semana de negociações em NAMA

#### ONU

30 de abril a 04 de maio de 2007

35ª Sessão do Comitê Codex sobre Classificação de  
Alimentos

Local: Ottawa, Canadá.

Informações:

<[http://www.codexalimentarius.net/download/report/682/fl35\\_01e.pdf](http://www.codexalimentarius.net/download/report/682/fl35_01e.pdf)>.

30 de abril a 11 de maio de 2007  
 15ª Sessão da Comissão da ONU sobre  
 Desenvolvimento Sustentável  
 Local: Nova Iorque, Estados Unidos da América.  
 Informações:  
 <<http://www.un.org/esa/sustdev/csd/policy.htm>>.

30 de abril a 18 de maio de 2007  
 38ª Sessão do Comitê sobre Direitos Econômicos,  
 Sociais e Culturais - ECOSOC  
 Local: Nova Iorque, Estados Unidos da América.  
 Informações:  
 <<http://www.ohchr.org/english/bodies/cescr/cescrs38.htm>>.

03 a 05 de maio de 2007  
 Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e  
 Segurança Alimentar  
 Local: Roma, Itália.  
 Informações:  
 <[http://www.fao.org/organicag/ofs/index\\_en.htm](http://www.fao.org/organicag/ofs/index_en.htm)>.

## UNCTAD

25 a 27 de abril de 2007  
 40ª Sessão do Grupo Consultivo da OMC e UNCTAD  
 sobre o Centro de Comércio Internacional  
 Local: Genebra, Suíça.  
 Informações:  
 <<http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intlItemID=1942&lang=1&m=13301&year=2007&month=4>>.

26 de abril de 2007  
 Workshop sobre solução de disputas em comércio  
 internacional, investimentos e propriedade intelectual  
 Local: Kutai Kartanegara, Indonésia.  
 Informações:  
 <<http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intlItemID=2068&lang=1&m=13485&year=2007&month=4>>.

27 a 29 de abril de 2007  
 Workshop de capacitação sobre solução de disputas  
 em investimento internacional, comércio e propriedade  
 intelectual por meio de mecanismos regionais.  
 Local: Jakarta, Indonésia.  
 Informações:  
 <<http://www.unctad.org/Templates/Meeting.asp?intlItemID=2068&lang=1&m=13486&year=2007&month=4>>.

## Banco Mundial

27 de abril de 2007  
 Apresentação do Relatório de Monitoramento Global  
 Local: Washington, Estados Unidos da América.  
 Informações:  
 <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21282465~menuPK:34482~pagePK:25>>.

24753~piPK:51421526~theSitePK:4607,00.html>.

## Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática

04 de maio de 2007  
 26ª Sessão do Painel Intergovernamental de Mudança  
 Climática  
 Local: Bangkok, Tailândia.  
 Informações: <<http://www.ipcc.ch/>>.

## Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança Climática

07 a 18 de maio de 2006  
 26ª Sessão dos Órgãos Subsidiários e do Grupo de  
 Trabalho Ad Hoc do Protocolo de Quioto  
 Local: Bonn, Alemanha.  
 Informações: <<http://www.unfccc.int>>.

## Convenção de Estocolmo sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio

Local: Dakar, Senegal.  
 Informações: <<http://www.pops.int/coe/events.htm>>.

25 a 27 de abril de 2007  
 2º Encontro do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Não  
 Cumprimento

30 de abril a 04 de maio de 2007  
 3ª Conferência das Partes

## Convenção da ONU de Combate à Desertificação

Informações: <<http://www.unccd.int>>.

26 a 28 de abril de 2007  
 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Intersessional e  
 Intergovernamental  
 Local: Namíbia.

1º de maio de 2007  
 4ª Reunião do Grupo de Trabalho Intersessional e  
 Intergovernamental  
 Local: Genebra, Suíça.

## Convenção sobre Diversidade Biológica

30 de abril a 03 de maio de 2007  
 Reunião do Grupo Consultivo para o Programa de  
 Ação do artigo 8(j)  
 Local: Montreal, Canadá.  
 Informações:  
 <<http://www.biodiv.org/doc/meeting.aspx?mtg=ACPOW8J-02>>.

**Tratado da Antártida**

30 de abril a 11 de maio de 2007  
30o Encontro Consultivo do Tratado da Antártida  
Local: Nova Delhi, Índia.  
Informações: <<http://www.atcm2007.gov.in/>>.

**Fóruns Regionais****Mercosul**

Informações: <<http://www.mercosul.gov.br/calendario>>.

23 a 27 de abril de 2007  
Reunião do Comitê Técnico nº 1 sobre Tarifas, Nomenclaturas e Classificação de Mercadorias  
Reunião sobre o Código Aduaneiro do Mercosul  
Local: Assunção, Paraguai.

25 a 27 de abril de 2007  
Reunião do Grupo de Serviços  
Reunião do Comitê Técnico nº 3 sobre Regras de Origem  
Local: Assunção, Paraguai.

26 e 27 de abril de 2007  
1ª Reunião Ordinária de Trabalho para a Implementação do Instituto Social do Mercosul  
Local: Assunção, Paraguai.

03 a 04 de maio de 2007  
Reunião da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica nº 35 entre Mercosul e Chile  
Local: Montevidéu, Uruguai.

7 a 11 de maio de 2007  
Reunião do Sub-Grupo de Trabalho nº 1 sobre Comunicações  
Local: Assunção, Paraguai.

**ALADI**

26 e 27 de abril de 2007  
Foro Regional ALADI/OMPI sobre proteção dos conhecimentos tradicionais, folclore e recursos genéticos  
Local: Montevidéu, Uruguai.  
Informações:  
<<http://www.aladi.org/nsfaladi/eventos.nsf/inicio2004>>.

**CEPAL**

Local: Santiago, Chile.  
Informações:  
<<http://www.eclac.cl/noticias/calendarioactividades/>>.

26 de abril de 2007  
Mesa de trabalho regional sobre democracia nas Américas

03 de maio de 2007  
Apresentação do relatório "O Investimento Estrangeiro na América Latina e no Caribe em 2006"

**Comunidade Andina de Nações**

Informações:  
<<http://www.comunidadandina.org/servicios/calendario/reuniones.htm>>.

23 e 24 de abril de 2007  
23ª Reunião do Comitê Andino sobre Assuntos Aduaneiros  
Local: La Paz, Bolívia.

24 de abril de 2007  
Reunião de Especialistas sobre Conhecimentos Tradicionais, Folclore e Recursos Genéticos  
Local: Lima, Peru.

25 e 26 de abril de 2007  
3ª Reunião de Especialistas em Serviços Financeiros  
Local: Lima, Peru.

25 a 27 de abril de 2007  
19ª Reunião de Especialistas Governamentais sobre o Documento Aduaneiro Único  
Local: Lima, Peru.

26 e 27 de abril de 2007  
7ª Reunião Sub-Regional de Especialistas em Segurança Alimentar  
2ª Reunião de Especialistas Governamentais sobre Eliminação de Barreiras ao Comércio  
Local: Lima, Peru.

**Outros Fóruns**

24 a 26 de abril de 2007  
2ª Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável  
Local: São Paulo, Brasil.  
Informações: <<http://www.sustentavel.org.br/>>.

28 de abril a 04 de maio de 2007  
3º Encontro Internacional para o Estabelecimento da Organização de Administração Pesqueira da Região do Pacífico Sul  
Local: Santiago, Chile.  
Informações:  
<<http://www.southpacificrfmo.org/event.third-meeting/>>.

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Divulgação de relatórios, livros e artigos

#### OMC

Em um comunicado de imprensa divulgado neste mês de abril, a OMC analisa os dados do comércio internacional relativos a 2006 e projeta a perspectiva do setor para 2007. A entidade considera que 2006 foi um ano positivo para o comércio internacional, mas alerta para o risco de desaquecimento da economia mundial em 2007. Para maiores informações, acesse: <[http://www.wto.org/spanish/news\\_s/pres07\\_s/pr472\\_s.htm](http://www.wto.org/spanish/news_s/pres07_s/pr472_s.htm)>.

A OMC publicou o 1º volume do relatório preparado por seu Secretariado sobre o serviço de transporte aéreo no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio em Serviços (GATS, sigla em inglês) durante o período de 2000 a 2005 (Air Transport and the GATS - 2000-2005 Review). Para obter mais informações sobre o livro, acesse:

<[http://onlinebookshop.wto.org/shop/article\\_details.asp?Id\\_Article=726&lang=EN](http://onlinebookshop.wto.org/shop/article_details.asp?Id_Article=726&lang=EN)>.

#### Mercado de Commodities Agrícolas (FAO)

A Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) divulgou relatório sobre a situação dos mercados de commodities agrícolas em 2006 (The State of Agricultural Commodity Markets - 2006). No relatório, a agência propõe uma lista de produtos especiais, na qual inclui muitos dos principais produtos de exportação do Brasil, como açúcar, carne bovina e de frango e óleo de soja.

O relatório encontra-se disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/009/a0950e/a0950e00.ht>>.

#### Panorama Econômico Mundial (FMI)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou neste mês de abril um relatório intitulado Panorama Econômico Mundial (World Economic Outlook). O documento faz algumas projeções para a economia mundial e analisa o desempenho econômico de determinadas regiões do mundo.

O documento está disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/01/pdf/text.pdf>>.

#### Panorama sobre a Qualidade da Água (PNUMA)

No dia mundial da água (22 de março), o Sistema de Monitoramento Ambiental Global (GEMS, sigla em inglês) e o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA) divulgaram relatório intitulado Panorama

sobre a Qualidade da Água (Water Quality Outlook). O documento analisa aspectos da qualidade da água relacionados às Metas do Milênio no que tange a água, saneamento e biodiversidade.

O relatório encontra-se disponível em: <[http://www.gemswater.org/common/pdfs/water\\_quality\\_outlook.pdf](http://www.gemswater.org/common/pdfs/water_quality_outlook.pdf)>.

#### Assistência ao Desenvolvimento (OCDE)

Segundo Informe divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a contribuição para assistência ao desenvolvimento dos 22 membros do Comitê da OCDE criado para este fim, foi, em 2006, 5,1% menor do que a fornecida em 2005. Isso totaliza US\$ 103,9 bilhões, dos quais US\$ 19,2 equivalem a perdão de dívida externa.

Para mais informações, acesse: <[http://www.oecd.org/document/17/0,2340,en\\_2649\\_201185\\_38341265\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/17/0,2340,en_2649_201185_38341265_1_1_1_1,00.html)>.

#### Responsabilidade Social das Empresas

O Centro de Pesquisa sobre Negócios e Direitos Humanos (Business and Human Rights Resource Centre) divulgou artigo escrito por David Kinley, Justine Nolan e Natalie Zerial sobre a política de responsabilidade social das empresas e as normas de direitos humanos da ONU para empresas (The politics of corporate social responsibility: reflections on the United Nations Human Rights Norms for Corporations). O texto explora os aspectos políticos da redação das normas da ONU e analisa suas implicações legais e seu caráter voluntário ou vinculativo.

O artigo pode ser acessado em: <<http://www.business-humanrights.org/Documents/The-Politics-of-CSR-by-Kinley-Nolan-Zerial-vol-25-1-2007.pdf>>.

#### Páginas na Internet

O Banco Mundial, através de sua página eletrônica na Internet, disponibiliza um Atlas Virtual - contendo gráficos, mapas e estatísticas - sobre os progressos alcançados na concretização das Metas do Milênio para o Desenvolvimento. Acesse o Atlas em: <<http://devdata.worldbank.org/atlas-mdg/>>.

#### Envio de trabalhos

O Secretariado da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável solicita o envio de estudos de caso sobre energia para o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento industrial, poluição atmosférica e mudança climática. As informações enviadas serão incluídas na base de dados do Secretariado da Comissão relativa ao tema.

Mais informações encontram-se disponíveis em: <[http://www.un.org/esa/sustdev/csd/matrix\\_cover.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/csd/matrix_cover.htm)>.

**FIQUE DE OLHO!****Solução de Controvérsias na OMC**

No dia 12 de abril, o Órgão de Apelação da OMC publicou relatório sobre a decisão do painel sobre o caso das revisões por exclusão das medidas anti-dumping impostas a bens tubulares em campos petrolíferos procedentes da Argentina (DS 268 - United States - Sunset Reviews of Anti-Dumping Measures on Oil Country Tubular Goods from Argentina).

O relatório encontra-se disponível em: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/268abrwe.pdf](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/268abrwe.pdf)>.

Maiores informações sobre o caso podem ser obtidas em:

<[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/cases\\_e/ds268\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds268_e.htm)>.

**7º Fórum da ONU sobre Florestas**

Entre os dias 16 e 27 de abril ocorre em Nova Iorque, EUA, o 7º Fórum da ONU sobre Florestas. Nesta ocasião, será discutido o Programa de Trabalho Plurianual 2007-2015, divulgado no dia 4 de abril pela organização do Fórum.

O documento encontra-se disponível em: <[http://www.un.org/esa/forests/pdf/session\\_documents/unff7/bureau\\_draft\\_text\\_mypow.pdf](http://www.un.org/esa/forests/pdf/session_documents/unff7/bureau_draft_text_mypow.pdf)>.

Maiores informações sobre o Fórum podem ser obtidas em: <<http://www.un.org/esa/forests/session.html>>.

**15ª Sessão da Comissão da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável**

A Divisão para o Desenvolvimento Sustentável do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU - que atua como Secretariado para a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável da organização - divulgou uma atualização dos preparativos da 15ª Sessão da Comissão, a ser realizada entre os dias 30 de abril e 11 de maio, em Nova Iorque, EUA. Para consultar a atualização, acesse: <[http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd15/documents/annotations\\_new.pdf](http://www.un.org/esa/sustdev/csd/csd15/documents/annotations_new.pdf)>. Maiores informações sobre a 15ª Sessão podem ser obtidas em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/csd/policy.htm>>.

**3ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes**

O Secretariado da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes divulgou diversos documentos relativos à 3ª Conferência das Partes, que ocorrerá em Dakar, Senegal, entre os dias 30 de abril e 4 de maio. Os documentos encontram-se disponíveis em:

<[http://www.pops.int/documents/meetings/cop\\_3/meetingdocs/default.htm](http://www.pops.int/documents/meetings/cop_3/meetingdocs/default.htm)>.

**Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio**

O Secretariado do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio divulgou as agendas para o Diálogo sobre Principais Desafios Futuros do Protocolo de Montreal, a ser realizado entre os dias 2 e 3 de junho deste ano; bem como para a reunião do Grupo de Trabalho Aberto, que ocorrerá entre os dias 4 e 7 do mesmo mês. Além disso, o Secretariado também divulgou o Relatório do Painel de Avaliação Econômica e Tecnológica (Report of the Technology and Economy Assessment Panel). Para maiores informações, consulte: <<http://ozone.unep.org/highlights.shtml>>. O relatório encontra-se disponível em: <[http://ozone.unep.org/Assessment\\_Panels/TEAP/Reports/TEAP\\_Reports/Teap\\_progress\\_report\\_April2007.pdf](http://ozone.unep.org/Assessment_Panels/TEAP/Reports/TEAP_Reports/Teap_progress_report_April2007.pdf)>.

**Encontro de Prefeitos sobre a Contribuição das Cidades para o Alcance da Meta de Biodiversidade até 2010**

Curitiba, PR, foi sede do Encontro de Prefeitos sobre a Contribuição das Cidades para o alcance da Meta de Biodiversidade até 2010, ocorrido entre os dias 26 e 28 de março deste ano. Os prefeitos presentes no encontro emitiram a Declaração de Curitiba, que, entre outros objetivos, afirma a necessidade de cooperação entre as cidades e de disseminação das melhores práticas para que a meta traçada possa ser alcançada. Além disso, o documento propõe o estabelecimento de um mecanismo de compensação no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. Para mais informações sobre o Encontro e para ter acesso à Declaração de Curitiba, consulte: <<http://www.biodiv.org/doc/meeting.aspx?mtg=MAYORS-01>>.

**Encontro Empresarial Global para o Meio Ambiente – 2007**

Entre os dias 19 e 20 de abril ocorreu em Cingapura o Encontro Empresarial Global para o Meio Ambiente - 2007 (Global Business Summit for the Environment-2007). O evento tem por objetivo discutir os principais desafios ambientais enfrentados pelo setor privado em todo o mundo e partilhar estratégias e experiências para a implementação da responsabilidade ambiental das empresas. Maiores informações sobre o Encontro podem ser obtidas em: <<http://www.b4e07.com/>>.

### **13ª Reunião Ministerial do Grupo do Rio com a União Européia**

Entre os dias 17 e 20 de abril ocorreu em Santo Domingo, República Dominicana, a 13ª Reunião Ministerial do Grupo do Rio com a União Européia. Este ano, a Reunião teve como temas centrais a situação do Haiti, energia, meio ambiente e mudanças climáticas, entre outros. Além disso, foi discutida a situação dos acordos de cooperação econômica entre os membros de ambos os blocos. Mais informações sobre a Reunião podem ser encontradas em: <<http://www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Portugues/General/Noticias/detalle?id=9057&lsaid=569466>>.

### **Nova estratégia européia de acesso a mercado para os produtos europeus**

No dia 18 de abril a Comissão Européia divulgou um comunicado intitulado Europa Global: uma parceria mais forte em favor do acesso ao mercado para exportadores europeus (Global Europe: a stronger partnership to deliver market Access for European exporters). O documento traça uma estratégia de combate às barreiras comerciais que prejudicam as exportações européias e dá especial ênfase àquelas aplicadas pelos BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China). O documento encontra-se disponível em: <[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2007/april/tradoc\\_134507.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2007/april/tradoc_134507.pdf)>.

### **Reforma do Entendimento de Solução de Controvérsias e Países em Desenvolvimento**

No dia 7 de maio, às 19 horas, no auditório XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP (rua Riachuelo, n. 93, térreo), ocorre o lançamento do relatório intitulado "A Reforma do ESC e os Países em Desenvolvimento". O evento é gratuito, mas a presença deve ser confirmada por e-mail ([elaini@idcid.org.br](mailto:elaini@idcid.org.br)) até o dia 3 de maio. O relatório será enviado por correio eletrônico a todos que confirmarem presença.

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: [http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

